

TRABALHO E AGÊNCIA FEMININA NA DINÂMICA DA GERAÇÃO FAMILIAR NO QUILOMBO DE BARRINHA, BOM JESUS DA LAPA – BAHIA

Women's work and agency in the dynamics of family generation in the quilombo of Barrinha, Bom Jesus da Lapa - Bahia

EITERER, Carmem Lucia¹

SILVA, Kleide Iraci Marques²

RESUMO

O texto apresenta parte dos dados de pesquisa de doutoramento, problematizando a agência feminina quilombola. A pesquisa de natureza qualitativa teve como objetivo conhecer como as mulheres quilombolas manifestam suas agências em suas trajetórias atravessadas por marcadores sociais de diferença como gênero, raça e geração, considerando mudanças e permanências entre as gerações familiares. A perspectiva teórico-metodológica elege, principalmente, as teóricas Crenshaw (2002), Davis (2016), Hooks (2000), Collins (2016) e Carneiro (2003), privilegiando a interlocução com o pensamento negro feminista. As trajetórias são discutidas a partir de depoimentos e os grupos de mulheres ouvidas seguem dois cortes etários, a saber: de 27 a 38 anos e de 55 a 69 anos, que são mães das mulheres do primeiro corte. O estudo revela a inserção de algumas delas em ocupações tidas como masculinas pelo grupo, tais como o trabalho de pesca e a condução de embarcação. Mas, todo o trabalho de cuidado permanece como atribuição feminina, e entre as envolvidas nestas tarefas estão mães, parentes, vizinhas e avós.

Palavras-chave: Quilombo. Gênero. Trabalho. Geração Familiar.

ABSTRACT

The text presents part of the data from a doctoral research, problematizing the quilombola women's agency. The research aimed to know how the quilombola women their agencies in their trajectories crossed by social markers of gender, race and generation, considering changes and permanences in family generations. The theoretical and methodological perspective elects, mainly, the theorists Crenshaw (2002), Davis (2016), hooks (2000), Collins (2016) and Carneiro (2003); black feminist thought. The trajectories are discussed from testimonies and the groups of women heard follow two age cuts, namely 27 to 38 years old and 55 to 69 years old, who are the mothers of the women in the first cut. The study reveals the insertion of some of them in occupations considered as masculine by the group, such as fishing work and boat driving. But all the care work remains a female assignment, and among those involved in these tasks are mothers, relatives, neighbors, and grandmothers.

Keywords: Quilombo. Gender. Work. Family Generation.

1 Professora Titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FaE-UFMG). Pesquisadora do NEJA. Integra o PPGE Conhecimento e Inclusão Social.
E-mail: eiterercarmem@gmail.com.

2 Doutora pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atualmente é estatutária - Colégio Estadual Monsenhor Turbino Vilanova e professor assistente da Universidade do Estado da Bahia.
E-mail: kleideiracimarques@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

Este artigo trata de um recorte da pesquisa apresentada em tese de doutoramento defendida em 2021, com apoio do Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Bahia, FAPESB, problematizando a agência feminina quilombola. A pesquisa procurou compreender como as mulheres quilombolas de Barrinha, Bom Jesus da Lapa (BA), produzem suas agências em meio as relações atravessadas por marcadores sociais de diferença como gênero, raça e geração. Entendemos a agência, neste contexto, como capacidade de um indivíduo para agir de forma autônoma e fazer suas próprias escolhas.

Visávamos discutir as mudanças e permanências na agência das mulheres nas diferentes gerações familiares, sendo a geração concebida neste estudo a partir da posição genealógica do sujeito na família. Para tanto, o estudo se ancorou na interseção de gênero, raça e geração, concebidos como marcadores sociais de diferença. Sendo assim, a interseccionalidade despontou como conceito chave para compreender melhor o recorte em estudo.

O propósito do estudo, portanto, é compreender o que mudou na configuração da agência feminina na comunidade a partir das relações de gênero³ ao longo de duas gerações. Tomamos como objetivos específicos: analisar como as mulheres interpretam/significam sua agência⁴ na comunidade em relação às perspectivas de gênero, raça e geração; analisar o significado que as mulheres quilombolas atribuem ao ser mulher negra e ao seu pertencimento a uma comunidade quilombola nos dias atuais; compreender como as mulheres quilombolas percebem os papéis desempenhados por elas na comunidade em relação aos assumidos por suas mães e avós e ainda em referência às suas filhas. A partir dos primeiros contatos estabelecemos a hipótese, que se viu confirmada, de que a intersecção entre raça, classe e gênero gera uma condição de vulnerabilidade, mas também de enfrentamento que norteia localmente a agência das mulheres em questão, conduzindo-as a abraçar novas formas de trabalho remunerado como forma de reprodução da vida no grupo no que, parcialmente, se diferenciam da geração anterior.

Nessa direção, a perspectiva teórico-metodológica adotada se ancora nas teóricas Davis (2016), Hooks (2000), Collins (2016), Gonzales (1984) e Carneiro (2003), tomando como interlocutoras, principalmente, autoras do pensamento negro feminista. A pesquisa se desenvolveu sob a abordagem qualitativa e a opção pelo estudo de caso se deu porque entendemos que a comunidade apresenta uma experiência que a diferencia e singulariza em relação a outros quilombos da região quanto à agência feminina, principalmente, no que se refere à atuação política. A atuação de lideranças, marcadamente, feminina se destaca em relação aos demais.

As principais técnicas de produção de dados foram a entrevista e a observação. A pesquisadora permaneceu na comunidade, em muitas visitas tendo, inclusive, pernoitado nela numa destas. As entrevistas têm duração média de 90 minutos, tendo algumas chegado a duas horas. A escolha das mulheres a serem entrevistadas se fez

3 Gênero aqui é concebido de forma relacional, uma vez que se refere às relações de poder entre homens e mulheres, cujos papéis sociais de cada um são condicionados pelas interpretações das diferenças anatômicas.

4 Para Giddens, “ser agente é ser capaz de exibir no fluxo da vida cotidiana uma gama de poderes causais, incluindo o de poder influenciar os manifestados por outro”. (2003, p.17).

nestas visitas. O tratamento dos dados produzidos nas notas de campo e entrevistas realizadas se deu seguindo a análise de conteúdo que, conforme Bardin (2016), incide sobre o conteúdo manifesto e as interpretações em contexto. Os temas foram aglutinados conforme os núcleos de sentido articulados aos objetivos do estudo. Como recomenda a autora, organizamos a análise em três polos cronológicos: a pré-análise; a exploração do material; o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

As colaboradoras foram escolhidas sob o critério de dois cortes etários, a saber: o primeiro abarca mulheres de 27 a 38 anos e outro composto por mulheres mais velhas de 55 a 69 anos,⁵ genitoras das mulheres do primeiro corte. Destarte, foram selecionadas 10 mulheres para colaborar com a pesquisa a partir da posição geracional na família: mães e filhas. Elas são autodeclaradas negras (exceto duas que se declararam pardas) e quilombolas. Quanto às suas ocupações, além de mães, são pescadoras (exceto uma); duas são artesãs; duas trabalham em barraca de revenda de produtos alimentícios na beira do rio (uma é a proprietária e a outra é atendente); uma que se especializou em armadora de ferragem e é também condutora de embarcação; outra se habilitou para o trabalho como pedreira para alargar o campo de possibilidades de atuação; outras já realizaram o trabalho de plantio e colheita na roça e não o fazem mais por conta da ausência do documento de titulação da terra. Algumas dessas produtoras rurais já estão aposentadas. Uma mulher é diarista e trabalha no sindicato e na Associação Quilombola, é ainda liderança comunitária, juntamente com outras mulheres, pois esse segmento constitui a maioria em relação aos homens; há também lideranças religiosas e duas que são juristas leigas. Todas participam da associação Quilombola como filiadas e lideranças. Todas, sem exceção, realizam trabalhos domésticos como principais responsáveis.

O CONTEXTO E AS SUJEITAS DA PESQUISA

Falar do contexto no qual as mulheres negras quilombolas vivem é importante pois, os sujeitos produzem o lugar e o lugar produz as possibilidades de existência e os produz. Barrinha é uma comunidade ribeirinha, às margens do Rio São Francisco, um entre os 17 quilombos localizados em Bom Jesus da Lapa, no interior do estado da Bahia. Uma região em disputa com a prefeitura que a considera quilombo urbano (tendo em vista o comércio e turismo pretende incrementar o lazer e pretende transformar em bairro), enquanto para os moradores é quilombo rural (dado seus modos de vida); região de intenso turismo religioso que se movimenta economicamente com a presença de milhares de romeiros e turistas, que chegam durante todo o ano para tomar parte das festividades religiosas e romarias no Santuário do Bom Jesus. O aspecto religioso é preponderante do ponto de vista de geração e circulação de recursos econômicos, deixando o rio São Francisco em segundo lugar. No entanto, o município se beneficia dessa riqueza hídrica para produção de frutas até mesmo para a exportação. Barrinha é, pois, uma comunidade beiradeira, pois, se situa à beira do Velho Chico, como o rio é chamado.

Considerando a facilidade de exploração da atividade pesqueira desenvolvida em trechos livres do rio São Francisco pela maioria dessa população ribeirinha, a pesca artesanal, ao lançar dentro do rio homens e mulheres com redes ou anzóis, tornou-

5 Os dados foram coletados no período pré-pandemia em 2019. Os nomes utilizados são fictícios, e todas assinaram o Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE).

se a principal economia da comunidade. A pescaria acontece de forma individual e emprega força de trabalho familiar que ocorre, ora na beira do rio e perto de casa, ora é preciso que esses/essas pescadores/as sejam conduzidos por embarcações simples para bem longe. Vale ressaltar que a pesca de pequena escala como economia de subsistência se destina ao consumo doméstico da população e, secundariamente, algumas pessoas comercializam o excedente do produto, comumente por meio de intermediários que o povo da comunidade chama de “quigilas”.

De outubro a fevereiro, período da piracema, a atividade de pesca fica suspensa na comunidade por determinação legal. Ainda que muitos recebam benefício pago pelo Governo Federal nessa época, por possuírem o Registro Geral das Atividades Pesqueiras, esse é o período de maior dificuldade financeira para os moradores da comunidade que vivem da atividade de pescaria.

Além da pesca, desenvolvem outras atividades para complementar a renda familiar, a exemplo do comércio em barracas que flui às margens do rio. Há também a possibilidade do pescador que é proprietário de barco e o aluga para passeios turísticos e outras necessidades. A produção de artesanato por mulheres é outra forma de acesso a uma renda.

Tratando agora de pensar especificamente as agências das mulheres negras quilombolas de Barrinha, nos deteremos no debate acerca de como atuam os marcadores sociais de diferença, gênero, raça, geração e territorialidade. Davis (2016) salienta o imbricamento de operadores que possuem relações mútuas e cruzadas entre si, de forma que não se pode assumir a supremacia de uma categoria sobre a outra. Para ela, gênero informa classe e classe informa gênero. Classe informa a raça e vice-versa. Explicita que raça é a maneira como a classe é vivida, da mesma forma que gênero é a maneira como a classe é vivida.

Crenshaw (2002) é a autora mais citada quando se trata de definir a noção de interseccionalidade, com a qual se busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação, pensando a forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições e engendram as agências das mulheres quilombolas.

Já Patricia Hill Collins para se referir à interseccionalidade, usa a noção de matriz de dominação, referindo-se a gênero, raça e classe como sistemas de opressão. Conforme sua própria definição:

matriz de dominação é o modo como essas opressões interseccionais são de fato organizadas. Independentes das intersecções específicas em questão, domínios de poder estruturais, disciplinares, hegemônicos e interpessoais reaparecem em formas bastante diferentes de opressão (COLLINS, 2019, p. 57).

A partir daí, refere-se a assimetrias que geram desigualdade e injustiça como formas de opressão:

A opressão é um termo que descreve qualquer situação injusta em que, sistematicamente, e por um longo período, um grupo nega ao outro o acesso aos recursos da sociedade. Raça, sexo, nação, idade, e etnia entre outras, constituem as principais formas de opressão [...]. No entanto, a convergência das opressões de raça, classe e gênero, característica da escravidão nos Estados Unidos, configurou todas as relações subsequentes que as mulheres de ascendência africana vivenciaram nas famílias e nas comunidades negras do país, com empregadores e umas com as outras (COLLINS, 2019, p. 33).

A dimensão econômica constitui também uma esfera de opressão e, segundo a autora supra, a exploração do trabalho das mulheres negras tem sido fundamental para o capitalismo. ‘As panelas e chaleiras de ferro’⁶ simbolizam a persistência da guetização dessas mulheres na prestação de serviços, representa a dimensão econômica da opressão. Para a maioria das afro-americanas, afirma ela, sobreviver é tão desgastante que poucas tiveram qualquer oportunidade de realizar um trabalho intelectual-acadêmico. Para ela, os milhões de mulheres afro-americanas empobrecidas revelam a continuidade dessas formas primeiras de exploração econômica das mulheres negras. Podemos dizer que para a maioria das brasileiras negras este quadro não é diferente, a exemplo das mulheres quilombolas de Barrinha-BA.

Collins sugere que no Brasil nos confrontamos com desafios semelhantes aos presentes nos Estados Unidos da América do Norte, no que diz respeito a como lidar com o legado da escravização da população negra, ainda que se mostrem variadas as formas que o racismo assume aqui e na América do Norte (COLLINS, 2019). Pondera que tanto lá quanto aqui mulheres negras reivindicam “seu lugar de direito como seres plenamente humanos” (COLLINS, 2019, p. 12).

No Brasil, as análises sobre raça e gênero, como afirma Corrêa (2000), datam da própria constituição da antropologia como campo disciplinar, porém, nos discursos nacionais a mulher negra emerge de forma diversa daquela do contexto norte-americano: no contexto nacional, o que se destaca é a figura da mulata e da mestiçagem na produção antropológica.

Sobre esta temática, os estudos de Lélia Gonzalez (1984), trouxeram para o caso específico do Brasil o debate sobre a condição de vida da mulher negra no país, sobretudo, o duplo lugar ocupado pela mulher negra – como doméstica, serviçal de famílias brancas abastadas e como mulata, ostentada nas escolas de samba como passista, transformando-se num produto de exportação.

Gonzalez (1984), ao combater o mito da democracia racial, ainda em voga no país, questiona a aceitação e divulgação dessa ideologia. Que processos teriam determinado sua construção? O que essa ideologia oculta, para além do que mostra? Enfim, como a mulher negra é situada nesse discurso? Em razão do seu posicionamento neste debate, Gonzalez afirma:

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. Consequentemente, o lugar de onde falaremos põe um outro, aquele é [sic] habitualmente nós vínhamos colocando em textos anteriores. E a mudança foi se dando a partir de certas noções que, forçando sua emergência em nosso discurso, nos levaram a retornar a questão da mulher negra numa outra perspectiva. Trata-se das noções de mulata, doméstica e mãe preta (GONZALEZ, 1984, p. 224).

Desta forma, a imagem da mulher negra brasileira aponta a alternância dos principais lugares ocupados por ela no país. Na sua análise, a autora vai no âmago da história da escravidão e recobra a memória “silenciada” para trazer a figura da mucama.

6 Em alusão à Maria Stewart que, em 1831, indagou: “Até quando as nobres filhas da África serão forçadas a deixar que seu talento e seu pensamento sejam soterrados por montanhas de panelas e chaleiras de ferro?”. Foi quem primeiro discursou nos E.U.A sobre questões políticas; deixou um legado de textos e prenunciou uma miríade de questões que seriam retomadas pelas feministas que a sucederam. (Cfe. COLLINS, 2019).

Quem foi a mucama? Etimologicamente, este termo se originou a partir do idioma quimbundo makamba, tinha o significado de “escrava concubina”. Escravizada, criada negra, prioritariamente jovem e bela, para os serviços domésticos, era também acompanhante de sua senhora em passeios e, por vezes, servia como ama-de-leite.

Usando a expressão de Saffioti (1979), Gonzalez define a empregada doméstica como a “mucama permitida”, a pessoa da prestação de serviços que carrega a sua família e ainda a dos outros nas suas costas. Recuperar esta forma de agência é importante, do ponto de vista do estudo, porque o lugar social ocupado pelas mulheres negras como domésticas constitui também uma das principais ocupações destinadas/esperadas para elas.

Apresentamos a seguir trechos dos depoimentos destas mulheres resilientes, resistentes, capazes de interpretar a própria experiência, denunciando as assimetrias de poder a partir de relações dialógicas com o trabalho. Perguntamos a dona Silvia o que é ser mulher negra quilombola e ela destaca a descendência de africanos em sua resposta, bem como a força do povo negro. Mas reforça a igualdade entre negros e brancos – sofrer é igual, evidencia ela, não tem diferença.

Ser nego é bom demais [...]. Descendência de africano, não sou? [...] Parece que nós somos mais forte que branco. Mas a dor vem pra o branco, pro moreno... é a mesma dor. Sofrer é igual. Não tem diferença. A mulher pra parir é a mesma dor [...] Somos filho de um pai sozinho, nós todos somos irmão. Deus botou nós assim pra ver nossa natureza [...]. Ele botou nós assim, diferente [...] alguns assim, não, não tem gente feio não. Ele fez a diferença pra ver como é que a gente vai lidar com ela - a cor... não tem gente feio. [...] Ah você é muito feio. Ah negro. Negro não é feio. Negro é os outros? Palavras, palavras tem força. A gente não deve fazer o que não deve fazer. (DONA SILVIA, 2019).

Assim, vemos que Dona Silvia, mãe de Joana, apresenta acima quatro elementos candentes para responder à pergunta, quais sejam: ancestralidade, o mito da mulher negra forte,⁷ saber lidar com a diferença racial, que para ela tem um propósito divino e o tema do padrão de beleza.

Sobre divisão de trabalho, entendido como atividade remunerada, obtivemos as seguintes respostas de Laura, filha de Julia: “O trabalho de todos aqui é mais voltado pra pesca. Tanto mulher quanto homem, eles fazem os dois. Não tem essa separação não. Aqui na comunidade os dois fazem as mesmas coisas” (Laura, 27 anos, entrevista, 4 abr. 2019). A mesma Laura diz não encontrar problema, mas em sua fala revela os estranhamentos que suas agências causaram: “Pra mim nunca tive impedimento assim por ser mulher. Só aquele olhar assim ... fiz curso de armador de ferragens. Era 29 homens e uma mulher, eu. No curso da Marinha era 29 homens também e eu sozinha de mulher” (Entrevista, 4 abr. 2019). Conta que no curso armador, quando ia pegar um balde de água, um saco de cimento e era impedida pelos homens que falavam: “Ah, mulher não pode pegar água. Eles ficavam com preocupação por eu ser mulher e eles tinham muito cuidado. Falei: e se eu trabalhar nisso... tenho que fazer e vocês não deixa”. Assim, ao mesmo tempo que os homens parecem generosos tentando ajudar Laura, na verdade o que se percebe é uma tentativa de interdição para a realização do trabalho concebido como um não lugar de mulher.

Dona Ambrosina, mãe de Maria Felipa, indica que se verificam algumas mudanças na agência feminina de uma geração a outra. Referindo-se a própria submissão destaca que hoje as mulheres não são mais como ela:

7 Para hooks (2019), uma coisa é ser forte para suportar a opressão, outra coisa é ser forte para superá-la.

Até que não tem diferença [...] hoje não [...] mulher não é submissa como antigamente, como eu sou. Antes você era tudo o que o homem queria, igual eu sou até hoje. Meu marido diz: bota essa garrafa de café aqui e ele pede pra botar o café no copo, eu coloco. No mundo de hoje mulher dizia: se vira que eu vou trabalhar [...] pra ter minhas coisa, e vai [...]. Aqui não tem diferença. Até que mais assim porque não tem peixe. Você vê mulher jogando linha no rio, você pensa que é homem. Você vê mulher de barco, andar de barco, não tem diferença não. (DONA AMBROSINA, 2019).

Tanto dona Ambrosina, quanto Laura afirmam que não há divisão no que se reporta ao trabalho. Entretanto, ao comparar o trabalho da mulher ao homem Dona Ambrosina acaba revelando como a divisão sexual atua ainda imperando nas interpretações, “Você vê mulher jogando linha no rio, você pensa que é homem”. Julia, mãe de Laura, também delimita os lugares de cada um deles, homens e mulheres, quando se refere à participação masculina como uma ajuda nas tarefas da casa e ao seu trabalho na roça: “Homem ajuda. Quem faz café de manhã é ele (diz o nome do marido). Eu também trabalho na roça com ele, planto batata”. (Julia, 68 anos, entrevista, 4 abr. 2019). Resumindo Joice conclui, indicando a seguir acerca da divisão:

[...] os homens da comunidade exercem mais a função [...] pesca. [...] trabalham como ajudante de pedreiro. As mulheres assim trabalham na casa, então há divisão, há. E os homens tentando assim, quando aparece, fazendo serviço fora. [...] Eu não vejo os homens da comunidade compartilhando assim com as mulheres. (JOICE, 2019).

Dandara, mãe de Joice, aponta que a filha é dona de casa e desde pequena cuidava dos irmãos menores para a mãe trabalhar no roçado, que era entendido como trabalho fora de casa:

Minha mãe trabalhava cuidando da casa e na roça também, porque meu pai era lavrador. Minha filha hoje é dona de casa, nunca trabalhou na roça, mas desde pequena cuidava dos irmãozinhos dela porque não tinha com quem deixar. Quando [eu] saia pra trabalhar já deixava a comida cozida. Pedia pros vizinho - passa o oi neles aí. Mudou? Não sei. (DONA DANDARA, 2019).

Larissa, filha de Dolores, reconhece as assimetrias que colocam a mulher em situação de sobrecarga em relação aos homens, cuidando da casa e dos filhos e ainda do trabalho fora de casa:

Mas por ser mulher é uma grande responsabilidade, porque a maioria da parte das coisas é a mulher que faz. É a mulher que tem que ser responsável. Pra prestar bem atenção, a mulher tem mais responsabilidade aqui na terra do que o homem, porque a mulher tem filho, a mulher tem a casa pra cuidar... tem muita mulher que trabalha fora que nem eu também trabalhei e cuidava de casa e do trabalho. Mesmo trabalhando fora eu que cuidava das crianças. (LARISSA, 2019).

Ressalva-se também, na fala de Maria Felipa, filha de Ambrosina, que a mulher trabalha mais: “Mulher aqui trabalha mais que os homens [...]. Até na Associação somos 12, na direção e só 2 homens”, apontando desta forma, o recuo de alguns homens na assunção dos trabalhos de representação comunitária que se dão no âmbito político.

Na mesma direção, Larissa indica ainda acerca da divisão entre o trabalho remunerado e do trabalho doméstico, não remunerado, exercido por elas em jornadas que se somam:

Há divisão. O homem só trabalha. Chega dentro de casa e não faz mais nada. A mulher tem que lavar louça [...]limpar casa e, geralmente, o trabalho ainda tem as crianças. Eu

já trabalhei, mas é muita correria, muita coisa pra uma pessoa só. Inda mais a gente que mora longe de tudo. Se fosse perto, a gente dava um pulinho em casa e fazia as coisas, mas que nem é longe, né? (LARISSA, 2019).

A compreensão dela é corroborada por seu esposo, o único dentre os companheiros que aceitou nos dar depoimento, que também constata a sobrecarga da mulher ao cuidar da casa e dos filhos, ocupando-se de duas tarefas a um só e mesmo tempo, ininterruptamente, sem descanso:

Na parte da mulher vejo mais correria do que do homem porque ela tem que dá conta de bastante serviço, ao mesmo tempo, nós não. Ela dá conta de fazer o trabalho de casa e dá conta dos meninos. Eu tenho certeza que nós homens, a gente não aguenta. Desenvolvemos o trabalho braçal, mas eu tenho certeza que se a gente for fazer o trabalho da mulher a gente não aguenta. É mais pesado porque o trabalho braçal, nós vamos ter um tempo de descanso. Você faz, mas descansa. A mulher consegue fazer duas coisas ao mesmo tempo: a mulher põe comida no fogo e vai lavar roupa. E nós homens se nós tiver soldando aqui, nós não conseguimos lixar. Pra a mulher é mais cansativo. (JOSÉ, 2019).

Assim, vimos que, José reconhece que a mulher não tem descanso. Mas, apesar de trabalhar de forma estafante em seu domicílio, Larissa define como trabalho apenas o esforço remunerado que se realiza fora de casa, excluindo o que realiza em sua residência. Afinal, o que mudou na agência feminina de uma geração para outra?

Para dona Dolores, mãe de Larissa, o que muda é o acesso a direitos sociais, a bens e serviços, produzindo novas condições materiais de existência pelo acesso a aparelhos eletrodomésticos. A presença de aparelhos eletrodomésticos impacta diretamente no seu cotidiano e no esforço despendido na realização do trabalho em seu domicílio. Entre os direitos a que tem acesso, a presença da água encanada não exige mais que ela busque água no rio para seus afazeres:

[...] é que a gente agora não pega mais lenha, nem água no rio, tem luz e geladeira. [...] Eu só cuido da casa, do canteiro [...] e não preciso pegar água no rio pra molhar. Minhas filhas, tão tudo casadas e tudo é dona de casa". (DOLORES, 2019).

Joana, filha de Silvia, complementa acerca da condição atual e as mudanças nos modos de vida, o acesso ao fogão a gás que vem substituir o fogão à lenha, modificando os modos de vida e os meios de exercício do trabalho doméstico. Entretanto, indica que mesmo os projetos de assentamento do trabalhador do campo criam dificuldades extras, pois muitas vezes eles não dão conta de manter a propriedade:

[...] mudou foi as condição de trabalho. Hoje todo mundo tem seu fogão a gás [...]. Antes do governo Lula nós não tinha fogão a gás, nem geladeira, tinha energia, não tinha casa. Tinha água, mas não tinha encanada. Eu [...] morei debaixo da ponte com meu filho... minha mãe foi contemplada com um lote no Projeto Formoso A [...], mas condições pra trabalhar nós não tinha. [...] tinha que pagar gente pra trabalhar... quem não tinha condição de comer podia manter? (JOANA, 2019).

As condições materiais orquestram as mudanças para as colaboradoras acima. Voltando a Dona Ambrosina, ela afirma que aprendeu o trabalho de casa (de cuidado) ajudando a mãe a cuidar dos irmãos pois, o pai afastava as filhas do trabalho na roça:

[...] mãe era uma mulher muito trabalhadeira em casa, cuidava muito da família. O trabalho dela era tecer, era costurar, [...] e ela passava isso pra gente. A gente trabalhava mais ela, ajudando cuidar dos filhos. Meu pai não deixava a gente trabalhar na roça porque não tinha precisão [...]. (DONA AMBROSINA, 2019).

A filha de Dona Ambrosina, Maria Felipa, já destaca a diferença de sua geração para de sua mãe a partir de seus múltiplos espaços de atuação no mundo do trabalho, nos serviços de limpeza, como pescadora e agricultora, além do ambiente doméstico:

Mulher trabalha em casa, na roça [...] eu cuido da casa, sou diarista, tô no Sindicato e na Associação. Quem defende tudo dentro de casa tem que ser a gente mesmo. Eu que sou o homem e a mulher (...). Sou pescadora, agricultora [...] Mudança... mulher... minha mãe mesmo era aquela mulher Amélia. [...] Meu pai [...] botava tudo dentro de casa. Ela nunca trabalhou em casa de família. Tudo que a gente aprendeu [...] foi com a necessidade [...]. Eu já ponho tudo dentro de casa [o pai dizia]. [...] Ele falava homem trabalha na roça, mulher trabalha em casa. Mãe falou que a gente tinha que [...] viver pro marido. [...] ensinava pela vivência[...] Eu não ligo pra casa assim, a gente não dá conta, quem trabalha fora não dá conta [...]. (MARIA FELIPA, 2019).

Vemos que as diferentes realidades permitiram diferentes aprendizados e compreensões acerca do trabalho, como atividade remunerada, exercida fora do lar. Dona Ambrosina mostra o impacto da mudança que enxerga na geração atual em relação a seu tempo, segundo ela, as mulheres estão diferentes, e lembra “que até mulher presidente já teve”. As mulheres não se veem mais dependentes financeiramente unicamente dos pais ou maridos:

As mulheres de hoje se dispõe a tudo [...]. Ninguém espera por ninguém [...]. No meu... - seu pai vai lhe dar um vestido. Depois... o marido trabalha, ele lhe dá uma sandália, né? Me dá um par de brinco, uma pulseira. E não as vaidades de hoje. Hoje a mulher quer viver, trabalhar por conta própria, ela precisa de tudo. Se elas quer andar bem vestida, bem calçada, né? Ela quer sua vaidade [...]. Isso aí tá profetizado: com o tempo as mulheres que ia mandar. Difícil era mulher presidente, já teve. Falo: menina, acho uma oportunidade ali vai. Não é filho e ser dona de casa que empata não, vai. Tudo na vida passa, tenta fazer e vê o que vai acontecer. A gente vive é arriscando a vida mesmo. (DONA AMBROSINA, 2019).

Ela pondera que no seu tempo de juventude, a mulher passava da tutela do pai para o marido, numa situação de completa dependência financeira. Desta forma, indica que mudanças e permanências se evidenciam na geração atual das mulheres. Maria Felipa, aponta o ser mulher negra quilombola, como condição social triplamente discriminada, como mulher, como negra, como quilombola, mas afirma que as mudanças vêm chegando, e a educação participa destas propostas de mudança, como ela indica ao apresentar o seu desejo de cursar o ensino superior numa universidade pública (Universidade de Estado da Bahia, UNEB):

Mulher ... a gente só vê que é discriminada. Aí vem Mulher-Negra (nesse momento deu ênfase na voz), mulher, negra discriminada, sem direito a nada. Os homens tão tirando um bucado de nossos direitos. E como quilombola, pior ainda. Mas vejo que somos mulheres guerreiras, a gente luta apesar das consequências. Mas tá mudando, agora mesmo as coisa vem pra gente assim, a mulher correndo atrás de mim pra fazer faculdade sem custo nenhum, dentro do mercado, lá na Fernanda... eu empurrando o carrinho... Eu tô aqui... vou fazer ENEM esse ano, com o intuito de fazer História na UNEB. Eu vou tentar pra ir ocupando os espaços assim na vida. (MARIA FELIPA, 2019).

Joana, tratando das mudanças na agência das mulheres quilombolas, incisiva e segura do que estava falando, sintetiza:

Aprendi a fazer enfrentamento. Ninguém me engana, não. Tenho orgulho de ser quilombola. Tenho orgulho da minha cor. Antes eu entrava numa loja e ficava com vergonha da minha condição (pega na blusa velha e olha para si e em seguida busca meu olhar). Não. Espaço público é nosso. Enfrento, entro e saio onde quero. (JOANA, 2019).

E, por fim, Joice, arremata, indica acerca da presença de direitos, ponderando que estão aprendendo a exigir um tratamento que supere o racismo:

Vejo muito problema. Mas hoje em dia acho que isso vem mudando. Temos mais direito, estamos sendo mais ouvidas. Tem mais leis que defende o negro, o quilombola. Continua: antes era muito mais difícil, mas ainda tem problema. Muito preconceito, não tanto por ser quilombola, mas por ser mulher negra. Tem várias áreas profissionais... aqui mesmo você entra numa loja, você é seguido o tempo todo pelos vendedores. Meu esposo foi na rua, não sabe se foi porque tava com uma blusa de Bob Marley ou foi pela questão de ser negro... ele ia pro mercado e os guarda ia. Quando a gente entra num estabelecimento é vigiada o tempo todo, mas vê que isso já evoluiu muito: conseguimos muitas conquistas, não sei se é porque a gente tá exigindo mais, aprendendo mais. (JOICE, 2019).

Vale ressaltar o que aponta Oliveira (2005) sobre a influência de gerações anteriores afetarem as gerações futuras que podem tanto aprender com elas, como podem fazer diferente. Destarte, o que se observou é que nos núcleos familiares, as agências femininas são transmissoras de valores conservadores de práticas cristalizadas, mas também são capazes de romper a tradição criando o novo, como consta de alguns registros. Identificamos entre as permanências de valores de uma geração para a outra a dedicação ao trabalho doméstico, não remunerado: o cuidado e a educação dos filhos são considerados atributos femininos e, assim acaba resultando em que elas acumulem duplas ou triplas jornadas de trabalho. Trabalhos remunerados considerados pesados e, logo, masculinos, são realizados por algumas mulheres. Elas se veem ocupando os mesmos papéis atribuídos a mulheres negras, como cuidar da casa e da terra, desde a escravidão.⁸

O fato dessas mulheres quilombolas ocuparem cargos políticos, trabalharem fora e dentro de casa e parecerem ser mais fortes que as brancas, como trouxe dona Silvia, deve ser visto com cuidado. Gonçalves (2019) chama a atenção para o que pode endossar o 'mito da mulher forte' que posiciona a mulher negra num lugar de desumanização e sobrecarga.

As mulheres, na singularidade de suas vidas, têm traços que separam umas das outras, como Larissa que realiza sozinha os trabalhos domésticos. Sua mãe também trabalha em casa, mas pode contar com a ajuda do esposo e dos filhos quando precisa. A prontidão para auxiliá-la seria oportunizada pela presença deles em casa, que constitui uma unidade de trabalho. Outras mulheres vão rompendo a fronteira construída entre agências generificadas, assumindo trabalhos socialmente identificados como de homem.

Os sentidos atribuídos à imagem da mulher negra quilombola, apontam uma semântica variada que vai desde sujeito de direito, passando pelas formas diversas que tomam suas agências: trabalho doméstico, trabalho de liderança, conquista de um lugar para trabalhar, sofrimento e possibilidades, realidade e sonhos.

Ademais, a depender de quem aciona, o ser quilombola e o ser negra, podem ocorrer dentro de uma fusão de sentido ou não. Gonçalves (2019) aborda que no processo de auto definição, o pressuposto da ancestralidade negra é convocado e, nessa direção, há pelo menos dois deslocamentos, onde tornar-se quilombola e tornar-se negra, dada

⁸ Nascimento (1976) pondera que a mulher negra, elemento no qual mais se cristaliza a estrutura de dominação, tanto por ser negra quanto por ser mulher, se vê ocupando os espaços e os papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão. A 'herança escravocrata' como diz, sofre uma continuidade no que diz respeito à mulher negra. Seu papel como trabalhadora, grosso modo, não muda muito.

a constatação da fluidez das compreensões e a dinâmica articuladora de estratégias, dependem das circunstâncias que se apresentam. A construção de uma imagem de si, da mulher negra quilombola em termos de raça e gênero, é carregada de instabilidades. Isso sugere que a negação de alguns em ser quilombola ocorre, concomitantemente, com a declarada satisfação de não ter vergonha da cor, de sentir orgulho.

Entre as mudanças indicadas por elas, no entanto, constam o trabalho fora de sua residência; as lutas por equidade racial e de gênero, potencializadas pelo aumento do nível de consciência e uma prática de educação não sexista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo aponta que a agência das mulheres se situa no domínio privado e público. Percebemos que ambas as gerações participam da Associação Quilombola desde sua criação, como extensão das ações de cuidado desempenhadas por elas, que passam a cuidar da comunidade como um todo. O grau de participação das mulheres se diferencia de uma geração para outra, sendo que há a prevalência da presença das mais jovens e mais escolarizadas. A agência de liderança exercida por elas se estende também para o campo religioso.

É interessante, neste ponto conclusivo, repensar a noção de liberdade e ação das agentes dentro de um contexto histórico-social-capitalista. O recorte de classe é necessário, reverbera na autonomia, considerando a vulnerabilidade de homens e mulheres negros/as, e especialmente das comunidades quilombolas, no contexto brasileiro. A autonomia de mulheres e de homens em relação à opção de trabalho é restrita pois, em virtude de uma realidade de inexistência de pleno emprego, é pouco provável que as mulheres, por exemplo, podendo escolher, abarcassem postos de trabalhos considerados pesados, que exigem emprego de força física, ou mesmo escolhessem trabalhar em domicílios alheios.

Destaca-se que o cuidado como atribuição feminina ocorre em todo o processo de desenvolvimento dos sujeitos para a reprodução do grupo. É necessário observar que na célula do ambiente doméstico, no contexto da pesquisa, as coisas, aqui e ali, vão mudando aos poucos, a depender da família. Percebemos nas negociações que ocorrem no âmbito de algumas famílias, uma forma de mudança que se traduz em diálogos e, não raro, acaba mesmo em mal-estar dentro de casa no compartilhamento de tarefas domésticas. Em que pese o trabalho reprodutivo e a educação são compreendidos ainda como atributos, exclusivamente femininos, entre as envolvidas estão mães, parentes, vizinhas e avós. O estudo apontou algumas mudanças da geração mais jovem em relação à anterior relativas à educação das novas gerações.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18400.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2019.

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e política do empoderamento. Tradução Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 965-986, set./dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36757>. Acesso em: 13 mar. 2019.

- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2019.
- CORRÊA, Mariza. O mistério dos orixás e das bonecas: raça e gênero na antropologia brasileira. **Etnográfica**, Lisboa, v. IV, n. 2, p. 233-265, 2000. Disponível em: http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N2/Vol_iv_N2_233-266.pdf. Acesso em: 23 mai. 2020.
- DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DOLORES. **Entrevista**. Bom Jesus da Lapa (Bahia), 4 abril. 2019.
- DONA AMBROSINA. **Entrevista**. Bom Jesus da Lapa (Bahia), 20 março. 2019.
- DONA DANDARA. **Entrevista**. Bom Jesus da Lapa (Bahia), 28 março. 2019.
- DONA SILVIA. **Entrevista**. Bom Jesus da Lapa (Bahia), 23 abril. 2019.
- GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Brasília, n. 2, p. 223-244, 1984.
- hooks, bell. Intelectuais negras. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464-478, 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465>. Acesso em: 13 mar. 2019.
- JOANA. **Entrevista**. Bom Jesus da Lapa (Bahia), 27 março. 2019.
- JOICE. **Entrevista**. Bom Jesus da Lapa (Bahia), 23 março. 2019.
- JOSÉ. **Nota de campo**. Bom Jesus da Lapa (Bahia), 18 agosto. 2019.
- LARISSA. **Entrevista**. Bom Jesus da Lapa (Bahia), 25 agosto. 2019.
- MARIA FELIPA. **Entrevista**. Bom Jesus da Lapa (Bahia), 20 março. 2019.
- NASCIMENTO, Maria Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. **Jornal última hora**, Rio de Janeiro, 1976.
- OLIVEIRA, Zuleica Lopes Cavalcanti. A provisão da família: redefinição ou manutenção dos papéis?. In: ARAÚJO, Clara Maria de Oliveira; SCALON, Maria Celi Ramos da Cruz (org.). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 13 mar. 2019.

Data da submissão: 13/01/2023

Data da aprovação: 27/04/2023